
ANTROPOLOGIA E PROCESSO CIVILIZATÓRIO*

Enid Diva Marx Backes

Prefeitura Municipal de Porto Alegre – Brasil

*Se a mulher fosse paga por tudo o que ela faz,
seria riquíssima.*

Maria Jurema O. Pereira

Escrever sobre gênero numa abordagem antropológica tem a ver, principalmente, com o conceito Trabalho que, segundo Suzana Albornoz “[...] designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. É o homem em ação para sobreviver e realizar-se criando instrumentos, e com esses, todo um universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas”.

Com a aguda percepção que lhe é peculiar, a feminista santanense aponta para a dificuldade maior que o movimento de mulheres enfrenta: dar visibilidade aos seus quefazeres que o processo civilizatório torna opaco. E na perseguição desse intento, as mulheres têm se valido, cada vez mais, da antropologia e da biologia porque constataram que as pesquisas de ambas têm apontado para pontos convergentes: a evolução dos seres vivos se deu – e se dá – através da cooperação. Humberto Maturana (1992), biólogo chileno, em seu artigo “Modo de vida y cultura”, diz “Yo puedo afirmar que esta historia de estos tres millones de años... es una historia que ha tenido lugar con la participación de los machos en la crianza de los niños. No habría podido tener lugar de otra manera dado el modo de vida animal, recolectores, compartidores y sensuales propios de nuestro linaje”. E se pergunta: “Pero, cuándo surge lo humano?”

As observações de H. Maturana (1992) e E. Badinter (1985, 1986) apontam que a espécie animal, como ser humano, começa a se constituir através da linguagem, pois a partir desta começa o que se convencionou designar como cultura e são os seres humanos os agentes culturais. Ao fixar a cronologia das civilizações, há muito mais concordâncias do que discordâncias ao modelo apresentado por Elisabeth Badinter. As dificuldades começam no intento

* Dentro da temática deste número, *Horizontes Antropológicos* conta com a contribuição da socióloga, Enid Backes, Coordenadora da Assessoria Especial para Políticas Públicas da Mulher, do Gabinete do Prefeito de Porto Alegre. Neste texto, a autora retoma o título e algumas das reflexões que foram desenvolvidas durante um ciclo de debates, “Gênero e o Processo Civilizatório” (a ser publicado em 1994: *Gênero e processo civilizatório* (Miriam Rosa, org.). Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, UFRGS), organizado por aquela Assessoria e o Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da UFRGS em 1993.

de precisar o período em que os seres humanos passaram a se relacionar culturalmente, isto é, através da linguagem. Parece não haver dúvidas no fato de que, sendo o bebê humano o mamífero que durante mais tempo depende de seus progenitores e que, nos primeiros, os cuidados maternos eram dados por homens e mulheres em regime de cooperação, esta longa convivência, compartilhando alimentos e abrigos, fez com que sinais e sons emitidos estabelecessem “[...] una coordinación de coordinación conductual [...]” configurando “[...] una operación mínima de lenguaje” (Maturana, 1992). Se muitos e muitos milênios após, ao redor dos oito mil anos atrás se deu o surgimento do sistema patriarcal com as conseqüentes guerras, é praticamente impossível não reconhecer que o movimento feminista tem razão quando afirma que é necessário extinguir o patriarcado, baseado na competição, e voltar à cooperação como forma de “viver a boa vida”, segundo expressão de outra chilena, a pensadora feminista Margarita Pisano (1992, 1993).

A volta à cooperação deve compreender um processo de decodificação da linguagem. Para voltar ao parágrafo inicial, desvelar conceitos como o do trabalho o que, por exemplo, tenta M. Foucault (1985) em seu livro *Las palabras y las cosas*, no cap. VIII “Trabajo, vida, lenguaje”:

[...] Pues el pensamiento que nos es contemporáneo y con el cual, a querer o no, pensamos, se encuentra dominado aún en gran medida por la imposibilidad, que salió a luz a fines del siglo XVIII, de fundar la síntesis en el espacio de la representación y por la obligación correlativa, simultánea, pero también dividida contra si misma, de abrir el campo trascendental de la subjetividad y de constituir a la inversa, más allá del objeto, esos “semitrascendentales” que son para nosotros la Vida, el Trabajo, el Lenguaje.

E mais adiante, no mesmo capítulo citando Ricardo “[...] la cantidad de trabajo permite fijar el valor de una casa, no sólo porque ésta sea representable en unidades de trabajo, sino en primer lugar y fundamentalmente porque el trabajo, como actividad de producción, es la fuente de todo valor” (Foucault, 1985), suas considerações conceituais passam a definir o trabalho como atividade econômica. E Marx, originando sua teoria de valor em Ricardo, elaborou um esquema teórico do qual o conceito trabalho socialmente útil é um dos pilares, mas não conseguiu fugir da armadilha de estruturação do pensamento patriarcal, apesar de ter se referido ao trabalho – melhor dito, às atividades das mulheres.

As mulheres – e os homens – que viveram a larga trajetória de três milhões de anos catando, coletando, plantando, colhendo – como ainda hoje o fazem conceitualmente foram excluídas do mundo do trabalho. A partir do patriarcado, quando lhes foi destinada a criação dos filhos como tarefa exclusivamente sua mas sem lhes permitir o próprio controle de suas gravidezes, as mulheres se perceberam negadas como trabalhadoras. Esta arbitrariedade conceitual acarretou consequências enormes em todos os sentidos, principalmente em sua identidade de ser pessoa. É tão internalizada esta conceituação que, ao serem perguntadas se trabalham, responderão negativamente caso não percebam salário ou realizem dentro de suas casas as tarefas domésticas, quer dizer, suas obrigações.

As reflexões acima me ocorreram como necessárias, pois fazem parte da linha de estruturação do pensamento político do movimento de mulheres que hoje não abre mão de seu direito – como exercício de cidadania – de formular políticas públicas.

A Assessoria Especial para Políticas Públicas da Mulher, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, tem como um dos seus objetivos estabelecer parcerias também na área de elaboração teórica. Tem presente, como já foi afirmado acima que, sem a pesquisa antropológica a teoria feminista não conseguirá a radicalidade indispensável para sustentar ações que remetem a um novo processo civilizatório que, para dizer o óbvio, interessa às mulheres e aos homens.

Referências

- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BADINTER, E. *Um é o outro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FOUCAULT, M. *Las palabras y las cosas*. Barcelona: Planeta: Agostini, 1985.
- MATURANA, H. *Modo de vida y cultura*. [S. l.: s. n.], 1992.
- PISANO, M. *Sentidos y desvíos del desarrollo*. Santiago: Universidad de Chile, 1992.
- PISANO, M. Otros órdenes del amor. In: UTOPIÁ(S): SEMINARIO INTERNACIONAL, 1993, Santiago de Chile. *Utopía(s): Seminario Internacional*. Santiago de Chile: Ministerio de Educación, División de Cultura, 1993.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.